

Edital 01/2026 Conc. Públ. - Cargo: **AUDITOR FISCAL**

PROVA ESCRITA (OBJETIVA) –

Período da Manhã – Sup.

INSTRUÇÕES

1. Não abra este caderno antes de autorizado pelo fiscal de prova.
2. Depois de autorizado pelo fiscal, verifique se faltam folhas neste caderno, se a sequência de 35 (trinta e cinco) questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal de prova qualquer irregularidade.
3. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas cada uma, sempre na sequência **A, B, C e D**, das quais somente uma deve ser assinalada.
4. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais de provas. Utilize os espaços e/ou páginas em branco para rascunho. Não destaque folhas deste caderno.
5. Ao receber a folha de respostas (gabarito), examine-o e verifique se o seu nome está impresso nele. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao fiscal de prova.
6. Transcreva as respostas para a folha de respostas (gabarito) com caneta esferográfica de **tinta preta ou azul**. A folha de respostas (gabarito) será o único documento válido para efeito de correção. **Em hipótese alguma ocorrerá a substituição da folha de respostas (gabarito) por erro de preenchimento ou qualquer dano causado pelo candidato.**
7. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre candidato, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos, eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
8. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e, juntamente com outros objetos, deverão ser colocados sob a carteira ou mesmo no chão da sala, dentro do saco plástico.
9. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento da folha de respostas, é de **3 (três) horas** a partir do início da prova.
10. Ao terminar a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de prova. Aguarde a autorização para entregar a folha de respostas (gabarito).
11. O candidato pode se retirar do local de provas somente após 60 minutos do início da prova, levando consigo o caderno de provas.
12. **Os 2 (dois) últimos** candidatos de cada sala ficam retidos para assinarem, juntamente com os fiscais daquela sala, a ata e o lacre do envelope dos gabaritos.
13. Não esquecer de levar seus pertences pessoais.

LÍNGUA PORTUGUESA – 05

Considere o texto a seguir para as questões 01 a 03:

Hordas de turistas dispostos a gastar e fortalecer o comércio local **costumavam ser** motivo de orgulho para as cidades, que inclusive se esforçavam para receber mais e mais visitantes. **Mas**, em muitos lugares do mundo, inclusive **destinos queridinhos dos brasileiros**, o jogo virou. **Agora**, moradores criam estratégias para espantar turistas, entre elas taxas, limites diários de passeios e **até** proibição de circular ou tirar fotos em determinados pontos.

O fenômeno não tem um nome oficial, mas é chamado informalmente de “turismofobia” ou “overtourism”, por exemplo. **Na prática**, os termos referem-se à presença exagerada de turistas em um determinado lugar.

Fonte: <https://g1.globo.com/>

01. Assinale a alternativa que apresenta uma análise correta do fragmento acima.

- | | |
|----|--|
| A. | O fragmento é parte de um texto jornalístico com função de problematizar um fenômeno atual e defender a tese de que o turismo é prejudicial em termos socioculturais e econômicos. |
| B. | A partir do conteúdo do texto, é possível inferir que o fenômeno descrito pode levar à extinção de práticas culturais locais. |
| C. | Quanto ao tipo textual predominante, o fragmento pode ser classificado como narrativo, pois apresenta e explica um fenômeno a partir de uma perspectiva subjetiva. |
| D. | A expressão “o jogo virou” no contexto do fragmento acima indica uma inversão de expectativas e atitudes em relação ao turismo. |

02. Assinale a alternativa que apresenta uma análise correta do fragmento acima.

- | | |
|----|--|
| A. | O substantivo “hordas” produz o efeito de sentido de valorização positiva do turismo em massa. |
| B. | A forma verbal “costumavam ser” indica, no contexto, um hábito recorrente no passado, já modificado. |
| C. | O uso do conectivo “Mas” (2º período) indica conclusão lógica. |
| D. | A expressão “destinos queridinhos dos brasileiros” produz o efeito de distanciamento entre texto e leitor. |

03. Assinale a alternativa que apresenta uma análise correta do fragmento acima.

- | | |
|----|---|
| A. | O uso do advérbio “Agora” contribui para marcar uma localização temporal. |
| B. | O item “até” introduz uma consequência mais branda em relação às citadas anteriormente. |
| C. | A expressão “Na prática” atua como marcador discursivo de exemplificação hipotética. |
| D. | A expressão “o fenômeno” refere-se ao recebimento de turistas em uma localidade. |

04. Assinale a alternativa que apresenta uma análise INCORRETA dos elementos linguísticos.

- | | |
|----|---|
| A. | A palavra “proibição” é formada por derivação sufixal, da mesma forma que o substantivo “orgulho”. |
| B. | Em “limites diários de passeios”, o termo “diários” exerce função de adjetivo. |
| C. | No período “O fenômeno não tem um nome oficial”, o sujeito é “O fenômeno”. |
| D. | A oração “que inclusive se esforçavam para receber mais e mais visitantes” qualifica o substantivo “cidades”. |

05. Assinale a alternativa que NÃO apresenta desvios ortográficos, gramaticais ou de pontuação.	
A.	O excesso de turistas trás consequencias negativas, afetando a qualidade de vida dos moradores.
B.	O fenômeno do turismo em massa têm gerado debates, sobre seus impactos sociais.
C.	Em alguns destinos, moradores tem adotado medidas, para conter as presenças de turistas.
D.	Em diversos locais do mundo, há restrições impostas ao fluxo excessivo de visitantes.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO – 05

06. Simplifique a expressão: $\sqrt{72} - \sqrt{32} + \sqrt{289}$.	
A.	$17 - 3\sqrt{5}$.
B.	$15 + 2\sqrt{2}$.
C.	$17 + 2\sqrt{2}$.
D.	$15 - 4\sqrt{32}$.

07. Durante um treino em uma quadra oficial de vôlei, dois jogadores analisam a melhor forma de se deslocar rapidamente. A quadra tem formato retangular, com 18 m de comprimento e 9 m de largura. Um dos jogadores parte do ponto A e precisa chegar ao ponto B, localizado no canto oposto da quadra, percorrendo a menor distância em linha reta. Qual é a distância percorrida pelo jogador?	
A.	$9\sqrt{5}$.
B.	$7\sqrt{6}$.
C.	$5\sqrt{7}$.
D.	$4\sqrt{8}$.

08. Na fazenda Arco-Íris, foi instalado um painel solar no formato retangular. A altura do painel é x metros e a largura é x+4 metros. Sabe-se que a diagonal desse painel mede exatamente 32 metros. Determine a área ocupada por esse painel solar.	
A.	487m^2 .
B.	493m^2 .
C.	498m^2 .
D.	504m^2 .

09. Na família do Sr. Moisés⁰ há quatro crianças: Maria Victória, Arthur, Maria Clara e Helena. Cada uma delas gosta de uma única fruta: maçã, banana, abacaxi e morango. Sabe-se que:

- Maria Victória não gosta de maçã.
- Arthur não gosta de morango.
- Maria Clara gosta de banana.
- Helena gosta de abacaxi.

Sabendo que cada criança gosta de uma fruta diferente, descubra qual fruta cada um gosta.

A.	Maria Victória – maçã; Arthur – banana; Maria Clara – abacaxi; Helena – morango.
B.	Maria Victória – morango; Arthur – maçã; Maria Clara – banana; Helena – abacaxi.
C.	Maria Victória – banana; Arthur – morango; Maria Clara – maçã; Helena – abacaxi.
D.	Maria Victória – morango; Arthur – banana; Maria Clara – maçã; Helena – abacaxi.

10. Um laboratório mede a concentração de uma determinada substância em quatro etapas de um experimento. As medições foram:

- Etapa 1: 1,2mg/L;
- Etapa 2: o valor da etapa 1 é multiplicado por 2;
- Etapa 3: o valor da etapa 2 é multiplicado por 1,25;
- Etapa 4: do valor da etapa 3 é subtraído 0,275mg/L.

Ao final, o resultado é dividido por 2,5. Determine o valor final do experimento?

A.	0,96 mg/L.
B.	1,02 mg/L.
C.	1,09 mg/L.
D.	1,15 mg/L.

CONHECIMENTOS GERAIS, ATUALIDADES E LEGISLAÇÃO- 05

11. Sobre o Programa Paraná Competitivo, assinale a alternativa correta:

A.	É um incentivo fiscal do Governo do Paraná criado para atrair investimentos, impulsionar o desenvolvimento econômico e gerar empregos.
B.	É um programa exclusivo para o setor público, sem participação da iniciativa privada.
C.	Foca apenas em educação e capacitação profissional, sem apoio à indústria ou comércio.
D.	Tem como objetivo apenas aumentar a arrecadação de impostos, sem gerar empregos.

12. é economista, empresário e político brasileiro, filiado ao PSD. Nas eleições de 2018, foi eleito vice-governador do Paraná na chapa liderada por Ratinho Júnior, sendo reeleito em 2022. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

A.	Alexandre Curi.
B.	Beto Richa.
C.	Darci Piana.
D.	Paulo Martins.

13. Nas políticas públicas de saúde, o atendimento à população deve ocorrer de forma ampla e sem distinção entre moradores de áreas urbanas e rurais. Esse entendimento está relacionado ao princípio da:	
A.	Integralidade.
B.	Universalidade.
C.	Equidade.
D.	Gratuidade.

14. Na administração pública, políticas podem ser classificadas em políticas de Estado e políticas de Governo. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a diferença entre elas:	
A.	Política de Governo é permanente e independe da gestão; política de Estado muda a cada governo.
B.	Política de Estado depende da alternância do poder; política de Governo é definida por normas gerais e leis.
C.	Não há diferença entre política de Estado e política de Governo.
D.	Política de Estado é duradoura, atravessa diferentes governos e atende interesses da sociedade; política de Governo depende da gestão atual e reflete suas prioridades.

15. As autarquias federais são entidades da administração pública com autonomia administrativa e jurídica. Assinale a alternativa correta sobre autarquias federais:	
A.	São subordinadas diretamente a ministérios, sem autonomia.
B.	Não possuem patrimônio ou receita própria.
C.	São criadas por lei específica e têm autonomia administrativa e financeira.
D.	Não têm personalidade jurídica.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO DO CARGO – 20

16. No que concerne às sociedades não personificadas, especificamente a Sociedade em Comum e a Sociedade em Conta de Participação, assinale a alternativa correta:	
A.	Na sociedade em comum, os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, podem provar a existência da sociedade por qualquer meio de prova admitido em direito, ao passo que os terceiros somente podem prová-la mediante prova exclusivamente escrita.
B.	A eventual inscrição do instrumento de contrato da sociedade em conta de participação em qualquer registro público, embora não seja obrigatória, tem o condão de conferir personalidade jurídica à sociedade, tornando-a um sujeito de direitos autônomo.
C.	Na sociedade em comum, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, ressalvado o benefício de ordem, o qual, contudo, não aproveita àquele que contratou em nome da sociedade.
D.	Na sociedade em conta de participação, a falência do sócio participante acarreta a dissolução compulsória da sociedade e a imediata liquidação da respectiva cota, cujo saldo será habilitado como crédito privilegiado no processo falimentar.

17. Acerca do regime jurídico da Sociedade Simples, conforme as disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta:	
A.	Caso o contrato social seja omissivo quanto à sua administração, esta competirá apenas ao sócio que detiver a maioria absoluta do capital social, o qual responderá sozinho por todas as operações da sociedade.
B.	Na hipótese de cessão total ou parcial de cotas, o sócio cedente permanece solidariamente responsável com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio, pelo prazo de até dois anos após a averbação da modificação contratual.
C.	O direito de retirada do sócio em sociedade de prazo indeterminado é condicionado à prova judicial de justa causa, devendo a notificação aos demais sócios ocorrer com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
D.	A distribuição de lucros fictícios ou ilícitos acarreta a responsabilidade exclusiva e ilimitada dos administradores que a realizaram, ficando os sócios que os receberam isentos de qualquer restituição, mesmo que tivessem conhecimento da ilegitimidade.

18. Considerando as disposições do Código Civil sobre a Sociedade Limitada, assinale a opção correta:	
A.	Na sociedade limitada, é permitido que o sócio integralize sua participação no capital social por meio de contribuição que consista em prestação de serviços, desde que tal possibilidade esteja expressamente prevista no contrato social.
B.	No silêncio do contrato social, a cessão de quotas de um sócio para outro pode ser feita livremente, independentemente da audiência dos demais; contudo, a cessão para terceiros estranhos à sociedade depende de não haver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.
C.	Caso o contrato social estabeleça que a administração da sociedade compete a todos os sócios, essa atribuição estende-se de pleno direito aos novos sócios que venham a adquirir essa qualidade posteriormente à constituição da empresa.
D.	A designação de administradores não sócios depende da aprovação da unanimidade dos sócios enquanto o capital social não estiver totalmente integralizado, exigindo-se o quórum de dois terços dos titulares de quotas após a referida integralização.

19. No que concerne ao regime jurídico da Sociedade em Nome Coletivo, conforme as disposições do Código Civil, assinale a opção correta:	
A.	É permitida a participação de pessoas jurídicas no quadro societário, desde que todos os sócios respondam de forma limitada ao valor de suas quotas, ressalvada a responsabilidade solidária pela integralização do capital.
B.	A administração da sociedade é privativa de pessoas físicas, podendo o contrato social designar terceiros estranhos ao quadro de sócios para o exercício da gestão e uso da firma social.
C.	O credor particular de um sócio não pode, em regra, pretender a liquidação da quota do devedor antes de dissolvida a sociedade, salvo se houver ocorrido prorrogação tácita do prazo de duração.
D.	A convenção unânime entre os sócios que limite a responsabilidade de cada um deles possui plena eficácia perante terceiros, excluindo a solidariedade passiva pelas obrigações sociais.

20. Considerando as normas do Código Civil sobre os direitos reais e a cessão de direitos, assinale a opção correta:	
A.	Quando o direito real consistir em habitar gratuitamente casa alheia, o titular deste direito não a pode alugar, nem emprestar, mas simplesmente ocupá-la com sua família.
B.	O proprietário pode conceder a outrem o direito de superfície (construir ou plantar em seu terreno), por tempo determinado, mediante instrumento particular ou escritura pública, sendo o registro no Cartório de Imóveis facultativo entre as partes.
C.	A servidão proporciona utilidade para o prédio dominante e grava o prédio serviente, constituindo-se mediante declaração expressa dos proprietários, ou por testamento, sendo dispensado o registro no Cartório de Registro de Imóveis para sua validade contra terceiros.
D.	É nula de pleno direito a cessão, pelo coerdeiro, de seu direito hereditário sobre qualquer bem da herança considerado singularmente, ainda que realizada por escritura pública.

21. No que concerne às fases e aos procedimentos do processo licitatório estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:	
A.	O processo de licitação observa uma sequência de fases que se inicia obrigatoriamente pela fase de divulgação do edital, seguida imediatamente pela apresentação de propostas e lances.
B.	As licitações serão realizadas, como regra, sob a forma eletrônica, sendo a utilização da forma presencial admitida apenas excepcionalmente e mediante motivação, hipótese em que a sessão pública deverá ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.
C.	A fase de habilitação deve sempre suceder a fase de julgamento, sendo vedado à Administração Pública inverter essa ordem, independentemente dos benefícios técnicos ou econômicos que tal medida possa trazer ao certame.
D.	O acolhimento de recurso administrativo interposto por licitante terá o condão de invalidar todo o processo licitatório de forma automática, retroagindo obrigatoriamente até a fase preparatória.

22. No que concerne ao regime de contratação direta estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, o qual abrange as hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação, assinale a opção correta:	
A.	O rol de hipóteses que autorizam a inexigibilidade de licitação é taxativo (exaustivo), o que impede a Administração Pública de contratar diretamente por inviabilidade de competição em situações fáticas não enumeradas expressamente no texto legal.
B.	A contratação direta de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, é classificada pela nova lei como uma hipótese de licitação dispensável.
C.	É inexigível a licitação para a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, mediante a observância de requisitos como a avaliação prévia do bem e a certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto.
D.	Nas contratações diretas em razão do valor (dispensa por baixo valor), a aferição dos limites legais deve considerar exclusivamente o valor de cada contrato individualmente, sendo desnecessário observar o somatório das despesas realizadas com objetos de mesma natureza no mesmo exercício financeiro.

23. Acerca das modalidades de licitação e seus respectivos ritos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:	
A.	O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, sendo admitida sua utilização para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, bem como para todas as contratações de obras de engenharia.
B.	A modalidade leilão não exige registro cadastral prévio, prescinde de fase de habilitação e deve ser homologada assim que concluídas a fase de lances e a fase recursal, desde que efetivado o pagamento pelo licitante vencedor na forma definida em edital.
C.	O diálogo competitivo é a modalidade de licitação restrita a contratações de obras e serviços de grande vulto, entendidos como aqueles cujo valor estimado supera o patamar de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).
D.	As modalidades convite e tomada de preços foram suprimidas pela nova legislação, exceto para as contratações realizadas por municípios com até 60.000 (sessenta mil) habitantes.

24. Com base na literalidade da Lei nº 14.133/2021, analise as opções a seguir e assinale a correta a respeito do regime jurídico dos contratos administrativos:	
A.	O regime jurídico dos contratos confere à Administração a prerrogativa de modificar unilateralmente as cláusulas econômico-financeiras e monetárias para melhor adequação às finalidades de interesse público, independentemente da concordância do contratado.
B.	Nas alterações unilaterais promovidas pela Administração, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.
C.	O contratado terá direito à extinção do contrato ou à suspensão do cumprimento de suas obrigações caso o atraso nos pagamentos devidos pela Administração seja superior a 90 (noventa) dias, contados da data da emissão da nota fiscal.
D.	É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

25. Com base na literalidade da Lei nº 14.133/2021, analise as opções a seguir sobre o regime dos contratos administrativos e assinale a correta:	
A.	A Administração Pública poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado em qualquer contrato que envolva a prestação de serviços públicos essenciais à população, independentemente do regime de mercado.
B.	Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas, caso comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
C.	Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser celebrados com prazo inicial de até 10 (dez) anos, desde que a autoridade competente ateste a maior vantagem econômica da contratação plurianual no início do certame.
D.	No caso de reforma de edifício ou de equipamento, a prerrogativa de alteração unilateral da Administração obriga o contratado a aceitar acréscimos ou supressões de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

26. Fulano, Secretário Municipal de Obras de determinada localidade, decide contratar diretamente, com dispensa indevida de licitação, a empresa de um antigo aliado político para a manutenção de jardins públicos. Fulano agiu com a vontade livre e consciente (dolo específico) de conferir um benefício indevido ao seu aliado. Ao final da instrução processual, restou cabalmente provado que o serviço foi integralmente prestado, que os valores pagos pela Administração corresponderam rigorosamente aos preços de mercado e que não houve qualquer prejuízo financeiro ou perda patrimonial aos cofres públicos.

Considerando o regime jurídico atual da improbidade administrativa, assinale a opção correta:

A.	A conduta de Fulano configura ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, uma vez que a frustração da licitude de processo licitatório gera dano presumido (in re ipsa), sendo desnecessária a prova de perda patrimonial efetiva para a condenação.
B.	Fulano não poderá ser condenado por improbidade administrativa, pois a Lei nº 14.230/2021 estabeleceu que a inexistência de prejuízo financeiro efetivo ao patrimônio público ou de enriquecimento ilícito do agente afasta a tipicidade de qualquer conduta ímproba.
C.	A conduta de Fulano caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, pois houve dolo de frustrar o caráter concorrencial de procedimento licitatório para beneficiar terceiro, sendo que tal modalidade independe do reconhecimento de danos ao erário ou de enriquecimento ilícito.
D.	Caso Fulano demonstrasse que agiu sem a intenção de beneficiar o aliado, mas com erro grosseiro decorrente de grave negligência na interpretação das hipóteses de dispensa de licitação, ele ainda assim responderia por improbidade administrativa na modalidade culposa, dada a natureza do direito administrativo sancionador.

27. Com base na Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021, analise as opções a seguir e assinale a correta:

A.	Considera-se dolo a conduta do agente público que atua com voluntariedade no desempenho de suas competências, sendo desnecessária a comprovação da vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na lei.
B.	O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa admite a punição por condutas culposas, desde que reste comprovado o nexo de causalidade entre a negligência do agente e a efetiva perda patrimonial do erário.
C.	O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
D.	As sanções previstas na lei, como a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública, poderão ser executadas de forma provisória logo após a publicação da sentença condenatória ou de acórdão proferido por órgão colegiado.

28. Fulano, funcionário público ocupante de cargo em comissão de assessoramento na Secretaria Municipal de Infraestrutura (órgão da administração direta), exige de um fornecedor de materiais de construção a importância de R\$ 20.000,00 como condição para que uma fatura pendente de pagamento pela prestação de serviços ao Estado seja liberada sem novos entraves burocráticos. O empresário, temendo represálias devido à influência hierárquica do cargo ocupado por Fulano, efetua o depósito do valor em uma conta indicada pelo servidor.

Considerando as disposições do Código Penal, assinale a opção correta:

A.	Fulano cometeu o crime de corrupção passiva, que se consuma apenas no momento do efetivo recebimento da vantagem indevida, devendo a pena ser aumentada da sexta parte pelo fato de o agente ser funcionário público.
B.	A conduta de Fulano caracteriza o crime de concussão, que possui natureza de crime formal e se consuma no momento da exigência da vantagem, devendo a pena ser aumentada da terça parte em razão de o autor ocupar cargo de assessoramento em órgão da administração direta.
C.	Fulano praticou o crime de peculato-desvio, uma vez que, na qualidade de gestor, desviou o fluxo de pagamentos do erário para obter proveito próprio indevido, incidindo a causa de aumento de pena por ser ocupante de cargo comissionado.
D.	O fato configura o crime de prevaricação, pois Fulano retardou a prática de ato de ofício (a liberação do pagamento) para satisfazer interesse pessoal de lucro fácil, sendo a conduta punida com pena de detenção e multa.

29. Fulano é funcionário de uma sociedade de economia mista municipal e ocupa, cumulativamente, um cargo em comissão de direção na referida entidade. Durante o encerramento do expediente, agindo com manifesta imprudência, Fulano deixa a porta do cofre da tesouraria aberta e se retira do prédio. Aproveitando-se exclusivamente dessa facilidade, um terceiro estranho à administração entra no local e subtrai R\$ 50.000,00 em espécie. Após o oferecimento da denúncia, mas antes da sentença irrecorrível, Fulano realiza a reparação integral do dano aos cofres da entidade.

Com base na literalidade do Código Penal e nas disposições sobre os crimes contra a Administração Pública, assinale a opção correta:

A.	Fulano praticou o crime de peculato-apropriação, mas a reparação do dano antes da sentença final caracteriza o arrependimento posterior, reduzindo a pena de um a dois terços.
B.	A conduta de Fulano configura o crime de peculato culposo, devendo a pena ser aumentada da terça parte em razão do cargo ocupado, sendo que a reparação do dano no momento indicado extingue a punibilidade do agente.
C.	O fato é penalmente atípico em relação a Fulano, uma vez que o peculato culposo exige que o funcionário público tenha a posse direta do valor subtraído, o que não ocorre com ocupantes de cargos de direção.
D.	Fulano responderá por prevaricação, uma vez que retardou dever de ofício por desídia, e a reparação do dano servirá apenas como circunstância atenuante genérica na segunda fase da dosimetria.

30. No que concerne ao sistema constitucional de repartição de competências tributárias e às normas gerais do Código Tributário Nacional, assinale a opção correta:

A.	A competência tributária é plenamente delegável entre pessoas jurídicas de direito público, permitindo que um Município transfira a um Estado, mediante convênio, a aptidão legislativa para instituir e extinguir seus impostos locais.
B.	Cabe exclusivamente à União, no exercício de sua competência residual, instituir, mediante lei complementar, impostos não previstos expressamente no texto constitucional, desde que sejam não cumulativos e não possuam fato gerador ou base de cálculo idênticos aos já discriminados.
C.	O não exercício da competência tributária por um ente federado pelo prazo de cinco anos acarreta a caducidade da referida atribuição, a qual passa a ser deferida à pessoa jurídica de direito público de maior abrangência territorial.
D.	O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), introduzido pela Reforma Tributária, caracteriza-se por ser um tributo de competência compartilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, possuindo legislação única e uniforme.

31. Acerca da repartição indireta de receitas tributárias e das normas que regem os Fundos de Participação, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F):

() A União deve entregar 50% do produto da arrecadação do Imposto de Renda (IR), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto Seletivo (IS) para fins de repartição indireta, destinando 21,5% ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e 22,5% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

() Na composição da base de cálculo para a entrega dos recursos aos Fundos de Participação, a União deve incluir o montante do Imposto de Renda retido na fonte sobre rendimentos pagos pelos próprios Estados, Municípios e suas autarquias, uma vez que a competência tributária do IR é federal.

() Além dos repasses regulares, o Fundo de Participação dos Municípios recebe três parcelas adicionais de 1% (um por cento) cada, entregues nos primeiros decêndios dos meses de julho, setembro e dezembro, visando auxiliar no custeio de despesas de final de ano e encargos sociais.

() Embora a Constituição vede a retenção ou restrição à entrega dos recursos dos fundos, a União e os Estados podem condicionar o repasse ao pagamento de débitos vencidos do ente receptor para com o ente transferidor e suas autarquias, bem como ao cumprimento dos gastos mínimos em saúde.

() Cabe exclusivamente ao Tribunal de Contas da União (TCU) o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação, devendo os dados e critérios de rateio ser divulgados pelos entes federados até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

A.	F – V – F – V – V.
B.	V – F – V – V – V.
C.	F – V – V – F – F.
D.	V – F – F – V – V.

32. No que concerne à obrigação tributária, ao fato gerador e aos sujeitos ativo e passivo, assinale a opção correta com base nas normas gerais do Código Tributário Nacional:

A.	A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais, de modo que os atos praticados por absolutamente incapazes não podem dar ensejo ao nascimento de obrigação tributária principal.
B.	O sujeito passivo da obrigação principal diz-se contribuinte quando, sem revestir tal condição, sua obrigação de pagar tributo ou penalidade pecuniária decorra de disposição expressa de lei.
C.	Fato gerador da obrigação principal é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação pecuniária.
D.	Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento, sendo que a pessoa jurídica de direito público que se constituir pelo desmembramento territorial de outra sub-roga-se nos direitos desta.

33. No que concerne à natureza, ao lançamento, à suspensão, à extinção e à exclusão do crédito tributário, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F), considerando as disposições do CTN:

() O lançamento possui natureza jurídica mista ou dúplice, uma vez que é ato constitutivo do crédito tributário e, simultaneamente, declaratório da ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.

() Como regra geral, o lançamento rege-se pela lei vigente na data da ocorrência do fato gerador; contudo, aplica-se a legislação posterior que tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas.

() O parcelamento e a moratória são causas de exclusão do crédito tributário, pois impedem que o Fisco proceda à constituição definitiva do crédito enquanto o benefício estiver vigente.

() A anistia e a remissão situam-se em momentos distintos do ciclo do crédito: a primeira é causa de exclusão e perdão infrações antes do lançamento; a segunda é causa de extinção e opera o perdão de créditos tributários já constituídos.

() Por envolverem renúncia de receita ou benefícios ao contribuinte, o CTN determina que a legislação tributária que disponha sobre suspensão, exclusão ou extinção do crédito tributário deve ser interpretada literalmente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

A.	V – V – F – V – F.
B.	V – F – V – F – V.
C.	F – V – V – F – V.
D.	V – V – F – F – V.

34. Acerca da responsabilidade tributária e do redirecionamento da execução fiscal, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F):

() No caso de arrematação de imóvel em hasta pública, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade ou o domínio útil sub-rogam-se na pessoa do arrematante, que passa a responder pelos débitos anteriores à alienação judicial.

() A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

() A responsabilidade de terceiros prevista no artigo 134 do CTN (como a dos pais pelos tributos devidos pelos filhos menores) é tecnicamente subsidiária e, no que tange a penalidades, abrange apenas as de caráter moratório.

() O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera, por si só, a responsabilidade pessoal e solidária do sócio-gerente, sendo despendida a comprovação de dolo ou fraude para o redirecionamento da execução fiscal.

() Na sucessão empresarial, a responsabilidade da empresa sucessora abrange os tributos devidos pela sucedida e também as multas, sejam elas de caráter moratório ou punitivo, referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

A.	F – V – V – F – V.
B.	V – V – F – V – F.
C.	F – F – V – F – V.
D.	V – F – V – F – F.

35. A empresa "Logística Universal 123 S/A", com sede administrativa em Curitiba/PR e diversas filiais operacionais pelo país, elegeu como seu domicílio tributário, para fins de centralização de notificações, uma pequena sala comercial desocupada em uma zona rural de difícil acesso no interior do Paraná, onde não exerce qualquer atividade. Paralelamente, o sócio-diretor da empresa, Sr. Fulano, não possui residência fixa conhecida, vivendo alternadamente em hotéis por conta de viagens de negócios.

Acerca das regras de domicílio tributário aplicáveis ao caso e às normas gerais do CTN, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F):

() A regra geral do CTN é a liberdade de eleição do domicílio tributário pelo sujeito passivo; contudo, a autoridade administrativa fiscal poderá recusar motivadamente a escolha da sala rural se comprovar que tal eleição impossibilita ou dificulta a arrecadação ou a fiscalização de determinado tributo.

() Caso a fiscalização recuse o domicílio eleito pela "Logística Universal 123 S/A", e não sendo possível aplicar as regras de sede ou estabelecimento, considerar-se-á como domicílio o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

() No que tange ao Sr. Fulano, por ser sua residência habitual incerta ou desconhecida, o CTN determina que seu domicílio tributário será, obrigatoriamente, o local onde se situarem seus bens imóveis de maior valor venal.

() Diferentemente do que ocorre com a "Logística Universal 123 S/A", pessoa jurídica de direito privado, para as pessoas jurídicas de direito público, como uma autarquia federal que eventualmente possua obrigações tributárias perante um Município, o domicílio tributário será qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

() Em razão do princípio da autonomia dos estabelecimentos previsto no art. 127, II, do CTN, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) mantém o entendimento de que a matriz da "Logística Universal 123 S/A" tem direito líquido e certo à obtenção de Certidão Negativa de Débito (CND) ainda que suas filiais possuam débitos tributários pendentes.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

A.	V – F – V – F – V.
B.	F – V – F – V – F.
C.	V – V – F – F – V.
D.	V – V – F – V – F.

Ficha de respostas para conferência (CP de CATANDUVAS - PR)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35										